

Dossier Brasil II

Um primer balanço e perspectivas

Práxis

1. 2013: início da rebelião popular *Práxis, 21 de novembro de 2013*

Os anos de estabilidade política brasileira se deram sobre o arrefecimento do movimento dos trabalhadores durante a primeira metade da década de 1990, particularmente depois da derrota da greve dos petroleiros em 1995 houve um longo período de estabilização política. Fernando Henrique Cardoso pode derrotar a greve nacional petroleira porque era um governo de forte unidade da burguesia, mas essa vitória não ocorreu apenas por força do governo, a posição entreguista do PT e da CUT acabou sendo o fiel da balança para a vitória do governo neoliberal na ocasião ao não apoiar efetivamente o movimento e até a declarar nos grandes meio de comunicação que a greve deveria acabar.

A luta de classes nos Brasil entrou -apesar de ainda estarmos em uma conjuntura política distinta de junho, pela redução dos contingentes juvenis e populares nas ruas- em uma nova etapa política.¹ Apesar das contradições e

1. Há algumas décadas a classe dominante, com o PSDB e depois o PT à frente do governo federal, impôs uma situação política reacionária em que as lutas eram brutalmente reprimidas e criminalizadas pelo estado sem que houvesse reações políticas das massas. Essa ruptura com a situação política anterior, apesar de deixar os governantes e analistas de gabinete “atônitos” tem motivações bem concretas, tais como: crescimento do custo de vida causado pela inflação, queda do rendimento dos trabalhadores, precarização do trabalho a piora e carestia dos serviços públicos.

desigualdades da conjuntura atual, a jornada de junho rompeu com a etapa anterior da luta de classes e deixou como herança viva uma maior polarização político-social, o início da recomposição do protagonismo político de massas, perdido nas décadas anteriores, e a retomada de setores de movimentos (como os sem teto, por exemplo) que na etapa anterior vinham sofrendo intensa repressão sem que suas demandas tivessem visibilidade.

BASES DA INDIGNAÇÃO POPULAR

Por que a situação política se alterou de forma tão drástica se o Brasil havia deixado de ser o “país do futuro” para se tornar o “país do presente”? Ou seja, que o futuro havia chegado através de uma série de êxitos em vários terrenos: crescimento do PIB seguido, taxas de desemprego “zero”, redução da pobreza e “das desigualdades”, descoberta do pré-sal, sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas e etc.

Esse “cenário róseo” acabou sendo deteriorado com a continuidade da crise econômica mundial, com a redução das exportações, do superávit comercial, com o endividamento das famílias, com a estagnação dos salários, com a inflação crescente e com o aumento do desemprego, resumindo, com a falência do “neodesenvolvimentismo”.

As ondas de junho não tiveram apenas componentes socioeconômicos, mas também políticos, tais como: crescente descontentamento com a corrupção nas altas esferas do poder político, com os bilionários gastos nos megaeventos em contrapartida a piora dos serviços públicos, indignação com a repressão policial vivida cotidianamente nas periferias e a qualquer forma de protesto diante da deterioração das condições de trabalho e de vida da ampla maioria. No entanto, a rebeldia teve como propulsor também as condições de vida das massas, que se mantém estagnadas ou mesmo piorou nesses dez anos de administração petista.²

Uma das maiores “mentiras” contadas e que embalou a popularidade dos governos burgueses pós-neoliberais de Lula e Dilma foi a da ascensão social de milhões de pessoas e de que uma nova classe média havia se formado nos anos de governos petistas. Os fatos demonstram realidade bem diferente do que esse mar de rosas, dados dão conta que o que houve foi uma redução momentânea da pobreza através das políticas compensatórias e do aumento do salário mínimo, mas essas políticas não reduziram a desigualdade social, ao contrário, podemos observar hoje um aumento dessa desigualdade quando a referência de comparação é a década de 1980 (hoje a participação da renda do trabalho na renda nacional é inferior a do final dos anos 80).

A redução da pobreza foi possível a partir do segundo mandato de Lula devido ao aporte as finanças públicas dadas pelo crescimento das exportações na segunda metade da década de 2000. Essa circunstancia econômica permi-

2. Em relação a alguns aspectos as condições de vida pioraram como é o caso do processo de terceirização, precarização das condições de trabalho e de transporte.

tiu o crescimento do salário mínimo, a redução do desemprego e o crescimento do crédito familiar. Por outro lado, as condições de exploração não apenas se mantiveram, mas na verdade se ampliaram.

A situação precária dos trabalhadores não esta restrita as condições de trabalho, vivemos uma situação no saneamento básico, por exemplo, em que 1/3 das residências não contam com coleta de esgoto, apenas 28,2% dos municípios dispõe de programas de saneamento básico e 15 bilhões de litros de esgoto são despejados todos os dias nas ruas, rios e córregos, sem dúvida esse quadro é uma das principais causas do adoecimento da população.

Outro aspecto estrutural da continuidade das condições pré governo Lula e que o crescimento econômico fundado no aumento das exportações e endividamento das famílias não resolveu são as condições do transporte público nas grandes cidades. Os trabalhadores têm uma importante parcela dos seus salários comprometida com o pagamento das passagens. Nas metrópoles é necessário pegar até três conduções para se chegar ao trabalho, assim em São Paulo, por exemplo, um assalariado pode ter até R\$ 450,00 comprometidos com o pagamento do transporte ao mês. Além do altíssimo custo que pode ultrapassar 50% do salário as condições do transporte são insuportáveis devido à superlotação, demorada das viagens (o tempo médio ultrapassa três horas), atrasos constantes e intervalos insuportáveis entre um ônibus e outro.

Enfim, esse conjunto de condições de existência nas grandes metrópoles deixa claro que a massa juvenil das periferias que mora em condições precárias, trabalha em empregos mal remunerados e instáveis³, não dispõe de serviços razoáveis de saúde e educação e sofre cotidianamente com a violência policial, cansou dessa situação e protagonizou uma das jornadas de lutas mais espetaculares da história nacional. Além do mais, apesar do seu ponto alto ter passado as energias liberadas deixaram marcas de radicalização no cenário político nacional que tem inspirado várias categorias de trabalhadores, como os da educação no Rio de Janeiro, trabalhadores sem teto em vários estados e outros movimentos sociais.

A REBELIÃO CONTINUA NA RUA

Para poder seguir governando, segundo os interesses da classe dominante, Dilma e os demais poderes do estado precisa pacificar a situação política.

Durante as jornadas de junho, devido à massividade e radicalidade do movimento e a queda da popularidade dos governos, houve uma mudança significativa na correlação de forças entre as massas, o estado (governos, parlamentares e tribunais) e a classe dominante.

O congresso votou 100% dos royalties do petróleo da camada pré-sal para educação e saúde, a corrupção se tornou crime hediondo e o Supremo Tribunal Federal praticamente legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

3. Pesquisa feita pela Plus Marketing em 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro revela que 34,3% dos participantes recebem até um salário mínimo e 30,3% ganha entre dois e três salários mínimos.

Hoje, ainda como reflexo político desses, assistimos a prisão de 11 membros do “mensalão” que até bem pouco tempo atrás poucos apostavam que poderia ocorrer. É fato que foram concessões para pacificar a situação política e não vão alterar as condições de vida das pessoas e, muito menos, a estrutura patrimonialista e corrupta do Estado mas, por outro, lado não se pode considerar que seriam medidas tomadas sem a ocorrência das jornadas de junho.

CONTRAOFENSIVA E REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS

Outro aspecto decisivo é em relação à forma como o Estado enfrenta os movimentos sociais. Com a ação das massas nas ruas e o desmoronamento da popularidade dos governantes, a repressão estatal foi colocada em questão. Como exemplo disso temos a proibição do uso de balas de borracha pela PM em São Paulo - uma das polícias mais violentas e assassinas do mundo.

Passando a grande onda de junho, com a redução do número de manifestantes e a recomposição parcial da popularidade dos governos, a correlação de forças volta a se inclinar de maneira favorável para a classe dominante e o Estado volta a empregar os meios mais violentos de repressão. Isso se manifesta de forma concreta no enquadramento de manifestantes em mecanismos de repressão herdados da ditadura militar, como a famigerada Lei de Segurança Nacional que permite aos agentes policiais a invasão de domicílio, a prisão sem flagrante e etc. O fato de a polícia de São Paulo voltar a usar bala de borracha em outubro, depois de ser proibidas em junho, é mais um exemplo do endurecimento da repressão. Diante de uma situação próxima a estagnação combinada com tendência à alta da inflação, o governo Dilma mantém uma política econômica que combina o entreguismo e os ataques aos trabalhadores vistos nos dois mandatos de Lula. Isso é fartamente observável na questão da infraestrutura, nas concessões das rodovias, aeroportos, portos etc.

O leilão da bacia de Libras coloca de forma clara os desafios atuais para a luta da classe trabalhadora. Os 500 manifestantes que tentaram se concentrar na porta do hotel Windsor no dia 21 de outubro não tiveram muitas chances diante do um efetivo policial de 1.100 integrantes, divididos entre Forças Armadas, Força de Segurança Nacional, Batalhão de Choque e etc. A opção feita por Dilma pelo capital financeiro, apesar da crítica de setores de direita de que o governo é por demais intervencionista, é reconhecida mesmo por figuras que são bastante próximas do governo.⁴

4. Com o modelo de partilha na exploração do petróleo do pré-sal o governo ficará com apenas 40% -na Noruega o governo fica com 60% do óleo extraído-, os outros 60% serão entregues a francesa Total (20%), a anglo-holandesa Shell (20%) e as chinesas CNPC e CNOOC (10% cada uma), mas esse percentual será obedecido se a produção chegar a 12 mil barris/dia, do contrário o percentual destinado ao governo pode chegar a 9,93%. O sistema de partilha é muito vantajoso para as empresas transnacionais, pois a Petrobras tem que ser necessariamente operadora na extração do petróleo o que garante capital estatal para as empresas extraírem o óleo.

A partir dessa nova conjuntura, pós-junho, de endurecimento da luta de classes invariavelmente os manifestantes presos passam a ser enquadrados como formadores de quadrilha. Além da proibição do uso de máscaras nas manifestações no Rio de Janeiro, do emprego da Lei de Segurança Nacional, o governo federal, aliado com o paulista e fluminense, atua em máxima sincronia para policiar, prender e reprimir as manifestações. Essa nova postura ficou evidente com a intensa repressão às manifestações em defesa da greve dos professores do Rio de Janeiro no dia 15 de outubro, repressão que resultou em centenas de detidos, autuados como participantes do crime organizado e uso de armamento letal.

O DESPERTAR DAS RUAS É DURADOURO

A caracterização de que entramos em um novo ciclo político pode ser fartamente demonstrada pela ação cotidiana da juventude e dos trabalhadores mais precarizados e por uma não menos importante politização de todos os estratos da classe trabalhadora, tudo isso apesar da inclinação gradativa do pêndulo político a favor da classe dominante.

Após três meses das jornadas de junho podemos reafirmar que entramos em uma etapa de rebeliões populares como dizíamos nos textos que foram escritos no olho do furacão. Ao contrário do que pensam alguns analistas, nesses últimos meses a situação política não retrocedeu às condições da luta de classes anteriores a pré-junho, para nós os acontecimentos políticos apontam em outro sentido.

Há muito tempo não assistimos uma atividade tão intensa dos trabalhadores e das camadas populares no Brasil, principalmente no meio urbano. Já é uma cena praticamente cotidiana a ação dos trabalhadores sem teto que bloqueiam avenidas, enfrentam a polícia contra mandatos de reintegração de posse ou por políticas efetivas de moradia.

As greves e outras formas de luta sem dúvida se beneficiam da onda de mobilização junina. Não que essas lutas tenham sido todas vitoriosas ou que não ajam profundas contradições e dificuldades para que a classe trabalhadora e a juventude avancem no processo de resistência e aprofundamento das suas lutas. Mas o fato é que a juventude e os setores mais explorados da classe trabalhadora não querem mais esperar pelos de cima para que as suas condições de existência melhorem, isso apesar do um grande atraso político, da ausência de uma representação a altura das necessidades políticas.

UNIFICAÇÃO É CHAVE PARA O PRÓXIMO PERÍODO

As contradições anteriores na nova etapa acabam por se aprofundar, mas agora a situação trouxe de forma inexorável um novo ativismo, uma politização e uma visibilidade maior das mobilizações por todo o país. Em várias frentes os trabalhadores demonstram maior grau de mobilização e enfrentamento

com a ordem.⁵ Isso podemos ver abertamente nas mobilizações dos sem teto, nas tradicionais campanhas salariais de setembro (metalúrgicos, bancários e petroleiros) e na retomadas das lutas juvenis por mudanças radicais no sistema de transporte ou pela democratização das universidades públicas (como as greves e ocupações na Unicamp e na USP).

Nesses meses que se seguiram a junho uma série de categorias saiu em greve, fizeram passeatas, pararam rodovias e conquistaram aumentos salariais. Outras, como os professores do Rio de Janeiro ou estudantes das universidades estaduais paulistas, não tiveram suas demandas atendidas. Até aí não podemos dizer que está tudo com dantes no Quartel de Abrantes. Mas, não podemos desconsiderar que novos componentes foram inseridos na luta de classe, categorias como a dos professores da cidade do Rio de Janeiro fizeram passeatas com 50.000 participantes, polarizaram a situação política nacional, assim, apesar do endurecimento da repressão, a situação continua explosiva.

Um sintoma do que estamos dizendo é que fatos que antes poderiam passar como corriqueiros nessa nova etapa se tornam explosivos. A morte de Douglas Martins Rodrigues (estudante de 17 anos e morador da periferia da zona norte) no dia 27 de outubro pela polícia militar gerou uma rebelião com fechamento de rodovias e queima de ônibus. Esse é apenas um exemplo entre outros em que a passividade frente à violência deu lugar a um patamar qualitativamente superior de resistência e indignação.

Para que esse novo patamar de mobilização se desenvolva e crie condições estruturais mais favoráveis para a luta é necessário resolver questões decisivas, como a unificação entre os setores oprimidos em torno da classe operária, a unificação da esquerda em torno de uma organização sindical única e a construção de um forte partido revolucionário de vanguarda que possa se apresentar como uma alternativa para os lutadores.⁶ Esses são desafios estratégicos que só se resolveram com o aprofundamento da luta e da experiência da classe trabalhadora nessa etapa. Mas para que esses desafios sejam resolvidos é necessário encarar os desafios táticos de forma urgente.

Para nós, o mais agudo é que estamos em um momento de risco da situação política voltar a ser desfavorável para as lutas das massas. A articulação das esferas de poder para reprimir o movimento coloca de forma imediata a necessidade de construir fóruns de unidade entre as organizações independentes da classe trabalhadora e da juventude. Mesmo após toda essa onda de protesto

5. Mesmo temas que antes só chegavam às massas através de apresentadoras loiras de televisão e que tem um ativismo normalmente ligado às classes médias com um perfil político “progre” como a questão da defesa dos animais tem assumido formas mais radicalizadas de luta.

6. Esses são elementos comuns nos processos de rebelião popular que ocorrem por todo o planeta, e a ausência desses elementos faz com que os processos em curso não consigam superar regimes políticos que de uma maneira ou de outra mantém política de ajustes, ataques as condições de vida ou a repressão direta contra a luta dos trabalhadores, isso não é diferente no Brasil.

nem os setores que estiveram na frente das jornadas de junho, como o MPL, e nem setores que se colocam na oposição de esquerda ao governo, como a CSP-Conlutas (dirigida pelo PSTU), tiveram a iniciativa de realizar nenhum encontro nacional de ativistas para articular o movimento.

A defesa de um movimento não burocrático não pode se confundir com a falta da centralização necessária para qualquer movimento atingir seus objetivos frente à classe dominante ou ao estado. Ao contrário do que tenta caracterizar alguns setores, como a direção do MPL, a estratégia autonomista não se demonstrou a mais eficiente nesse último período. A estratégia horizontalista em plena jornada de junho se demonstrou frágil quando, perante a massificação do movimento, a direção do MPL em São Paulo chamou o recuo em vez de chamar os setores independentes para a unificação. A fragmentação e a derrota de algumas lutas importantes, como a dos professores cariocas ou a greve da USP, demonstram de maneira clara a necessidade da centralização dos processos de mobilização, da construção de plataformas políticas e ações comuns que unifiquem os setores mobilizados.

O endurecimento da repressão policial exige que todos os setores encarem de maneira concreta a questão da segurança do movimento. Com a redução da número de manifestantes e a ofensiva patronal/governamental a juventude adepta das táticas de ultraesquerda, como a Black Bloc, tem sido usada como bode expiatório para colocar a população contra as manifestações. A mídia de massa tem feito uma imensa campanha para separar os manifestantes “pacíficos” dos “vândalos”, e as posturas de ultraesquerda que querem impor ao conjunto do movimento suas táticas acabam facilitando o trabalho da imprensa reacionária. Mas essa manipulação é facilitada porque o tema da autodefesa não tem sido tomado de forma consequente pelas organizações de esquerda.

É evidente que quando se fala em autodefesa é necessário considerar a situação política concreta e a correlação de forças em que se está inserido, mas não ter nenhuma política para garantir a segurança do movimento e relegá-la aos setores “ultra” certamente não contribui em nada pra o avanço da mobilização e educação política do movimento. A questão é que a situação reacionária vivida nas últimas décadas impôs o desarmamento político em vários sentidos e um dos mais importantes, sem dúvida, e o da autodefesa.

Para finalizar, uma disposição qualitativamente superior para a ação de rua, os problemas estruturais da economia, os megaeventos e as eleições vão criar uma situação político muito mais explosiva em 2014. É evidente que políticas efetivamente favoráveis para os trabalhadores e para a juventude dependerá de um processo de luta massivo e radicalizado para superar as políticas neoliberais de Dilma e avançar para saídas anticapitalistas.

2.

Rebelião popular recoloca debates estratégicos

Antonio Soler

Vivemos um novo momento da luta de classes no Brasil. Como normalmente ocorre quando se entra em uma etapa superior de enfrentamento entre as classes sociais, recolocam-se no cenário político os debates estratégicos para a luta anticapitalista, tais como: reformismo sem reformas ou revolução, democracia dos ricos ou poder para os trabalhadores, centralidade da classe trabalhadora da multidão sem sujeito social, construção do partido revolucionário ou aposta na dispersão da vanguarda e dos trabalhadores etc.

A visão a-histórica (típica das correntes doutrinárias como o PSTU) sobre o regime interno das organizações revolucionárias ganha com a nova etapa política mundial e nacional cada vez mais importância prática, pois a construção de organizações políticas revolucionárias capazes de contribuir efetivamente na luta pelo socialismo depende em grande medida da superação da visão dogmática amplamente difundida em relação a esse tema.

Enfrentamos hoje um desafio no campo da construção que carrega uma contradição que não podemos resolver de forma dogmática, é necessário encarar esse tema de frente e encontrar saídas concretas para resolvê-lo. As condições objetivas da luta de classes colocam a necessidade cada vez mais premente de construir poderosas organizações revolucionárias, mas não há um núcleo partidário hoje que seja alternativa hegemônica para todas as novas e velhas gerações de socialistas revolucionários.

SUPERAR O DOGMATISMO

A construção dessa ferramenta política revolucionária unificada tem que passar hoje por um regime de funcionamento que garanta o direito de tendência. Pois, não há um núcleo de direção reconhecido amplamente por todos os setores que permita um alinhamento a uma determinada experiência concreta de intervenção na luta de classes. Não houve uma experiência política objetiva na luta de classes que possa aferir a justeza dessa ou daquela equipe de direção, dessa ou daquela linha política, dessa ou daquela forma de encarar o programa revolucionário, ou seja, no Brasil nenhuma corrente política revolucionária passou pela prova de grandes enfrentamentos da luta de classes que a coloque como alternativa incontestável às demais.

A nova etapa da luta de classes coloca de forma redobrada o desafio de superar a fragmentação dos revolucionários. Ou conseguimos superar essa fragmentação ou as energias políticas liberadas nos últimos meses não irão ser aproveitadas para o fortalecimento das posições anticapitalistas e socialistas, ao contrário, correm o risco de se perderem ou serem recapturadas pelas forças conservadoras (partidos burgueses tradicionais) ou neoconservadoras (PT e outros). Hoje para ser essa alternativa para setores amplos da vanguarda é

necessário superar a visão equivocada de que nos moldes leninistas uma organização revolucionária não pode conviver em circunstância alguma com tendências políticas, que o centralismo democrático, um programa político comum, uma linha tática de ação não pode conviver com correntes políticas que tenham liberdade de organização interna.⁷

O PSTU se considera a alternativa revolucionária para toda a vanguarda. Então, dentro dessa visão se trata apenas de chamar os lutadores para que se incorporem em suas fileiras. O problema é que a sua adaptação aos aparatos, fazendo com que sua política seja fortemente marcada por uma prática política economicista que despreza as campanhas políticas, vide a ausência de uma saída global quando o governo Dilma criou a manobra da reforma política objetivando tirar as massas da rua, não coloca essa organização à altura da condução das lutas. Nesse momento o PSTU simplesmente não formulou uma saída política global, se limitando a defender um plano econômico dos trabalhadores, essa característica faz com que a ampla maioria da vanguarda não tenha nessa organização ma referência de organização revolucionária.

Já a Ler-Qi, organização numericamente inferior ao PSTU e com muito menos inserção na vanguarda, faz o chamado a construção do partido revolucionário com objetivo único e simples de disputar um ou outro militante desconte com essa organização, mas essa organização terá que em um momento ou outro encarar sua verdadeira fisionomia. E, nesse caso, a sua fisionomia revela uma incapacidade congênita de tirar as lições teóricas e políticas das experiências históricas do século XX, pois não permite nenhum debate no seu interior que não seja a repetição das suas velhas fórmulas, chegando a expulsar militantes que “ousam” levantar sérias questões teóricas. Além de ser movida por um instrumentalismo político que privilegia a sua autoconstrução em detrimento das necessidades do conjunto da vanguarda ou da luta. Características, como se vê, que não a permitem a esse setor ser uma opção política para a vanguarda.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COM DIREITO DE TENDÊNCIAS

Apesar das diferenças que temos com as demais correntes marxistas acreditamos que estas possam superar suas limitações e fazerem parte da construção de um partido revolucionário fortemente enraizado na vanguarda e com condições futuras de dar um salto a uma organização com influência de massas.

Para que possamos avançar na construção de um partido único entre as correntes marxistas revolucionárias no Brasil é necessário que o PSTU e das demais correntes rompam com o dogmatismo e compreendam que na atual etapa é necessário construir um partido com direito de tendência, mas que -ao contrário

7. Ao fazer um balanço crítico da experiência bolchevique a respeito da luta entre as tendências e para tirar conclusões sobre a história das tendências nessa organização, Trotsky afirma que a proibição das tendências no X Congresso do partido (1921), apesar de se dar em circunstâncias especiais, permitiu o processo de burocratização do partido.

do que fez o PSOL⁸- desde o início institua um programa claramente revolucionário, um método de funcionamento e uma direção que coincida com a estratégia revolucionária. Para lutar por essa estratégia política o convidamos para se somar aos militantes do Práxis e da corrente internacional Socialismo ou Barbárie.

3.

O ano de 2014 e as perspectivas da primeira mobilização do ano contra os gastos da Copa *Práxis, 6 de fevereiro de 2014*

No último dia 25 de Janeiro vimos em mais de 13 capitais a primeira demonstração do ano de descontentamento com os gastos públicos na Copa do Mundo de Futebol que vão chegar a R\$30 bilhões. Apesar da tentativa do governo e da mídia burguesa de minimizar a importância política das manifestações elas foram notícia internacional.

Já nas mobilizações anteriores se percebia um mal-estar na população em geral, mas hoje esse sentimento de indignação cresce, tanto pelos gastos exorbitantes, quanto pela repressão que o Estado quer impor aos movimentos sociais.

Diante disso, temos grandes desafios porque está luta mexe com grandes interesses do capital e do governo e estes, por sua vez, não mediram esforços para manter a normalidade. O primeiro desafio é tirar as conclusões necessárias para encarar os enfrentamentos que virão. O governo vai dispor de toda a repressão policial que tiver para impedir que, como no mês de junho, toda a população vá às ruas para protestar.

No dia 25 de janeiro a repressão em São Paulo contou com mais de 2000 policiais nas ruas e muitos mais em tarefas logísticas, demonstrando que os governos querem impor um clima de terror para que as manifestações não se proliferem. A política repressiva atual é produto de um endurecimento posterior a junho que tende a se aprofundar, como podemos observar com a intenção de criar leis que criminalizam os movimentos sociais. A questão é que o Estado e a classe dominante querem impor a situação de “pacificação” social prévia a junho.

UM BALANÇO NECESSÁRIO PARA AVANÇAR NA LUTA

O Estado brasileiro por meio da Copa quer garantir uma gigantesca lucratividade para empresas transnacionais e mostrar um país artificialmente próspe-

8. As correntes internas do PSOL apesar de participarem de um partido com tendências o fazem no interior de uma organização oportunista que já deu claros sinais de que não irá reverter o seu curso. Organizações centristas que acabam capitulando a política abertamente oportunista da direção desse partido, basta ver o caso recente da total capitulação desse partido no caso da proposta de plebiscito sobre a reforma política feita pelo governo. Nossa proposta vai ao sentido inverso de repetir a experiência do PSOL.

ro para o mundo, esta é a prioridade de Dilma e dos demais governos estaduais. Mas, a realidade é mais vem e tona e indica à população que o caminho é sair às ruas em defesa dos seus direitos.

Temos que tirar conclusões do processo de luta dos últimos meses para que a classe dominante não volte a mpor a situação reacionária anterior a junho. E a principal conclusão para nós é que é necessário não recuar um milímetro na política de construir a unidade na luta diante da frente reacionária criada entre PT, PMDB, PSDB, e outras agremiações patronais, para derrotar o movimento.

SUPERAR A FRAGMENTAÇÃO DO MOVIMENTO: ALIANÇA ENTRE A JUVENTUDE E TRABALHADORES

Temos que fazer um balanço dentro da vanguarda que se coloca no campo da política independente dos patrões e do governo. A desarticulação do movimento no dia 25 de Janeiro foi produto do sectarismo de que padece o movimento social, não se pode entender porque organizações de trabalhadores não fazem um chamado à população para massificar os protestos contra a copa.

Podemos dizer isso principalmente em relação ao PSTU e a CSP-Conlutas, pois não jogaram peso algum para organizar o ato a partir das bases que dirigem, deixando a tarefa de convocar a manifestação para setores autonomistas. É necessário que mudem de orientação imediatamente, pois não se somam abertamente às iniciativas de construir os atos contra os gastos públicos na copa, não impulsionam comitês amplos e unificados contra a copa, não discutem a necessidade de autodefesa e nem uma campanha comum contra o endurecimento contra o movimento.

A conjuntura de aplastamento anterior do movimento se alterou, vivemos uma situação de maior polarização e disposição de luta, período que pode se fechar e um recuo conjuntural se efetivar se não tivermos a capacidade de tirar as conclusões corretas acerca dos desafios deste ano. Uma das maiores debilidades para mantermos a massificação é o economicismo incrustado em várias organizações que compõe o movimento.

PSTU e PSOL seguem com a mesma dinâmica do período anterior a junho, para usar um termo futebolístico: na retranca. Não rompem com uma política meramente sindical e não chamam os trabalhadores a lutar com a juventude nas ruas. O mesmo acontece com as organizações autonomistas que não conseguem dialogar com os trabalhadores.

Temos que ter clareza do momento que estamos vivendo. Hoje a luta política mais importante é a que tem sido desenvolvida pela juventude contra os gastos na copa, para que os gastos públicos sejam destinados aos trabalhadores e contra o contingenciamento de mais de 40 bilhões do orçamento federal que vai atingir os trabalhadores. Por isso temos que construir uma campanha unificada contra o governo a partir dos locais de trabalho, universidades e escolas.

MÉTODO BLACK BLOC OU AUTODEFESA DISCUTIDA E ORGANIZADA NO MOVIMENTO?

Se discute no interior da vanguarda qual posição ter em relação ao fenômeno black bloc. A mídia reacionária saiu a denunciá-los como se fossem “terroristas”, a Al Qaeda do Brasil, ou coisa parecida. Evidentemente que estamos totalmente contra essa caracterização, mas não podemos deixar de fazer uma crítica em relação às táticas desta corrente.

Não estamos de acordo com o método black bloc, pois ao não considerar a correlação de forças durante a luta acabam sempre querendo impor sua tática congelada ao movimento que é dinâmico e coletivo. As táticas na luta devem ser acordadas entre os setores que estão na mobilização, nenhum setor pode impor essa ou aquela tática, assim é necessário que os participantes das mobilizações tenham o direito de decidir as táticas concretas para essa ou naquela luta, não garantir esse direito é uma atitude autoritária e irresponsável com a luta e com os participantes da mesma.

Mas também não estamos de acordo com a forma abstrata de criticar a “ultra”, ou seja, sem fazer absolutamente nada como alternativa para avançar na autodefesa do movimento, isso acaba sendo uma postura oportunista que não contribui para a luta e para o debate de ideias sobre as posturas equivocadas no interior do movimento. No dia 25 novamente foi esta a postura do PSTU e PSOL, ou seja, deixaram correr “solto” o ato e a tática Black bloc.

Hoje, para muitos ativistas, principalmente na juventude, o black bloc é visto como a representação do descontentamento com tudo o que está aí e que não adianta ficar esperando que algo aconteça, a única ação política efetiva consiste em quebrar os vidros de uma agência de banco ou uma viatura da polícia, assim estaríamos atingindo o capital. No entanto, estas práticas se colocam de forma autoritária, sem nenhuma discussão em relação ao que fazer e sem articulação entre os manifestantes. O que acaba sistematicamente na perda do sentido político das manifestações, o que dificulta o diálogo com setores mais amplos e, conseqüentemente, se produz o esvaziamento do movimento.

Nas revoluções do pós-guerra quando as massas trabalhadoras urbanas não foram sujeitas dos processos revolucionários, quando a decisão política passou para as mãos de poucos e as massas foram literalmente desarmadas invariavelmente esses processos levaram a formação de estados burocráticos. E por mais que não se queira reconhecer, essa é lógica das táticas empregadas pelos black blocs. Compreendamos as razões que motivam as táticas black bloc, mas seus métodos não contribuem para ampliar a participação nas lutas efetivas, a unidade entre os vários setores e o nível de consciência política.

POR UMA COORDENAÇÃO UNIFICADA DE LUTA

Diante da repressão generalizada contra os que lutam e resistem temos que organizar coletivamente a autodefesa. Somente assim, passaremos de alguns “mártires” para uma massa politizada que coloque o governo e seus cães na defensiva. É necessário organizar as passeatas de forma a criar cada vez mais

disposição de luta para que todos nós possamos enfrentar a repressão e fazer a luta anticapitalista.

Por estas razões e pelo o seu peso no movimento, o PSTU e o PSOL devem romper com o economicismo e eleitoralismo, respectivamente, e estar à frente da convocação dessa frente unificada de luta contra os gastos na copa. Todas as organizações anticapitalistas devem se apresentar! Defendemos a criação de uma coordenação unificada de lutas para articular as diferentes reivindicações dos explorados e oprimidos, agregando a juventude e os trabalhadores para lutar em frente única contra o gasto de bilhões. Por uma coordenação que formule um plano de lutas nacional que possa transcender e enfrentar de fato a repressão e maior exploração que tenta impor o governo e os patrões.

4. **Derrotar a contra-ofensiva e impor as demandas dos trabalhadores e da juventude nas ruas** *Práxis, 26 de fevereiro de 2014*

As jornadas de junho de 2013 abriram um novo momento político onde a correlação de forças entre as classes, que era totalmente desfavorável para os trabalhadores com os pactos conservadores dos sucessivos governos petistas, começa a mudar. As manifestações com dezenas de milhares de pessoas não se repetiram no pós-junho, mas a radicalização política do descontentamento passou a ser cotidiana - segundo a própria polícia militar foram mais de 430 manifestações ocorridas em São Paulo desde junho de 2013.

O que esta para ser aferido é até que ponto o ascenso atual do movimento será capaz de superar definitivamente a situação reacionária que vivíamos nos últimos anos. Dizemos isso, porque não podemos afirmar com todas as letras que vivemos uma etapa totalmente distinta da anterior, ou seja, estamos em uma situação política que combina elementos de ruptura e conservação. Uma combinação de conservação do endurecimento do regime com uma explosão relativa da passividade das massas. Dizemos relativa porque os batallhões mais pesados do movimento de massas e da classe trabalhadora ainda não saíram em cena, fator que serve como contenção para uma explosão popular mais profunda e abrangente, como as ocorridas em países vizinhos no início (Argentina e Bolívia) dos anos 2000 ou das rebeliões do Norte de África e da Europa a partir de 2011.

De maneira alguma queremos reduzir a dimensão política distinta aberta pelas jornadas de junho, ao contrário, foram uma ruptura clara com a situação anterior e deve ser valorizada em toda a sua dimensão. Mas, caracterizar seus limites é fundamental para podermos ter uma política para definitivamente transitar do umbral de uma situação de pré-rebelião para uma rebelião com letra maiúscula que possa mudar totalmente a correlação política de forças. É importante dizer que esta situação de semirebelião –mediada estruturalmente

pelas condições econômicas que se deterioraram, mas não chegaram ainda em uma crise aguda- vivida em solo brasileiro corre perigos reais.

Desde junho o governo e a classe dominante têm trabalhado no sentido de reverter a situação política para o momento pré-junho, através de vários mecanismos. Em um primeiro momento o movimento sai vitorioso com a redução das passagens em mais de 13 capitais, mas como o movimento não se deteve aí e seguiu durante a copa das confederações, o governo tentou absorver a onda de protestos com a política diversionista do plebiscito, de reformas cosméticas no legislativo e da destinação do royalty do pré-sal para educação e saúde. Mas a energia política liberada em junho somada à crise dos serviços públicos, do sistema de transporte e o esgotamento do modelo econômico social-liberal da era Lula retroalimenta a situação política e as manifestações seguem praticamente cotidianas durante o segundo semestre do ano de 2013 e seguem perigosamente para o decisivo primeiro semestre de 2014.

REAÇÃO ARMA CONTRA-OFENSIVA

É para esse ponto da nova situação política que a nosso ver temos que dedicar nosso esforço militante, pois estamos cada vez mais próximos de transcender efetivamente a situação reacionária anterior e, contraditoriamente, do perigo de uma derrota (ou de um conjunto de derrotas) que nos façam voltar à situação Pré-Junho. Como as tentativas de absorção pelo convencimento da onda de indignação não têm sido efetivas, a aposta do governo federal e dos governos estaduais tem sido o endurecimento da repressão. Essa mudança de atitude se verificou durante toda a greve dos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro durante os meses de setembro e outubro, bem como a partir da dura repressão à passeata dos estudantes no dia 15 de outubro (Dia do Professor) em São Paulo, em defesa da greve dos professores, e pelo fora Alckmin (governador do Estado de São Paulo).

A mudança de atitude no planalto paulista se verificou na liberação do uso de bala de borracha, que havia sido proibida desde julho de 2013 e da prisão de dezenas de estudantes. Desde então assistimos um processo de endurecimento por parte do governo e dos patrões nos níveis da repressão policial direta e dos gastos exorbitantes com aparato repressivo, e das movimentações políticas para “sofisticar” o aparato legal contra a luta direta. Todo o aparato penal e a repressão policial que é usada para fazer a contenção dos pobres e negros nas periferias das grandes cidades, o que evidentemente envolve uma grande dose de ilegalidade, esta sendo usada para reprimir as manifestações. Isso se manifesta nas sete mortes desde as jornadas de junho, na sistemática agressão física com lesão permanente em vários casos, e nos milhares de detidos de maneira ilegal durante os últimos sete meses.

Com a morte do cinegrafista Santiago Andrade durante a manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no dia 6 de fevereiro na cidade do Rio de Janeiro imediatamente se mobilizam todos os partidos da classe dominante para desgavetar o esdrúxulo projeto de lei antiterrorismo. Trata-se de um pro-

jeto que quer tipificar uma ação política que não existe em solo nacional com o objetivo de aprofundar a criminalização de qualquer manifestação de descontentamento social, tratando como terrorismo e endurecendo penas para “crimes” com 30 anos de reclusão para ações que causem “pânico generalizado”. É um projeto tão descaradamente reacionário que até o governo foi obrigado a intervir no sentido de que a formulação dessa lei não fosse tão escancaradamente antimanifestações.

Junho trouxe como resultado indelével uma geração de jovens estudantes e trabalhadores que entram na cena política de forma vitoriosa com a redução do aumento das passagens. Combina-se com esse dado político geracional um crescente descontentamento das massas, principalmente nas periferias das grandes cidades, com as suas precárias condições de existência (trata-se de um descontentamento com elementos de totalidade). Isso se reflete na não recuperação dos índices de popularidade do governo, que apesar de ter se recuperado, não voltou ao patamar de 65% de aprovação do período pré-junho.

É NECESSÁRIO SE COLOCAR À ALTURA DOS DESAFIOS ATUAIS
E ROMPER COM TODA FORMA DE ACOMODAÇÃO

Entramos em um momento de definição. Manteremos um período relativamente longo de atividade política de rua das massas ou retornaremos para a situação reacionária pré-junho. Temos que encarar também o perigoso campo do imponderável: qual será o efeito da copa e das eleições de outubro para conter o descontentamento sócio-político atual. Não podemos dar uma resposta categórica a essa questão, pois acreditamos que os elementos que ora aparecem, combinadas na realidade política nacional, não manifestaram ainda todas as suas forças. Assim, a resposta concreta só pode ser dada pelo desdobramento da ação política que poderemos presenciar nos próximos meses.

Por enquanto podemos afirmar que nas manifestações contra a copa em 2014, apesar da redução do número de participantes, o empuxo de junho está mantido. Não podemos deixar de considerar que são manifestações diretamente contra a copa do mundo de futebol (“paixão nacional”) e que - aqui temos um problema político a discutir no sentido de que é necessário construir eixos de mobilização que dialoguem mais amplamente com os trabalhadores - mantém número considerável de participantes e o apoio de mais de 52% da população (dado do Datafolha).

Aqui entra o problema da ação política da esquerda, particularmente a esquerda que se coloca no campo revolucionário, pois estamos diante de possibilidades efetivas de mudanças políticas de fundo, porque não dizer históricas, e as maiores organizações da esquerda (PSOL e PSTU) que, mantendo uma combinação de eleitoralismo/economicismo, não têm política para que o atual movimento (aqui considerando as ações de rua e os movimentos de consciência política) supere limites que podem significar se não resolvidos teríveis retrocessos.

Não podemos deixar de citar, no limite dessa nota, que é fundamental encarar de maneira direta a ofensiva repressiva contra o movimento. É necessário hierarquizar esse tema e tomar medidas concretas para a luta contra essa sanha repressiva e contra os gastos na copa (campanha que concentra os principais problemas políticos que a esquerda revolucionária deve encarar) seja tomada pelo conjunto da esquerda. Hoje, vergonhosamente, a organização da luta e convocação da luta eminentemente política no cenário nacional (contra os gastos na copa) foi delegada para os setores autonomistas e está submetida às táticas ultra-esquerdistas.

Sem romper com essa situação as forças repressivas terão condições muito mais favoráveis para impor o retrocesso à correlação de forças pré-junho. Por isso, é necessário que a luta contra os gastos na copa seja tomada pelo conjunto da esquerda em frente única e em um fórum específico para isso, ou seja, é necessário construir concretamente um comitê unificado contra os gastos na copa para incorporar todos os setores independentes do governo e dos patrões. A resistência a ofensiva reacionária do governo Dilma e dos patrões dependerá da massificação das passeatas, para isso é necessário desenvolver uma política mais ampla de convocação com eixos políticos que atendam os interesses da maioria dos trabalhadores e da juventude no próximo ato contra os gastos públicos na copa.

Esse comitê unificado deve se colocar à altura da realidade e discutir, também, a autodefesa do movimento. Estamos em um momento que exige políticas concretas para esse tema. As correntes políticas que se colocam no campo do marxismo revolucionário não podem apenas criticar abstratamente as táticas ultra-esquerdistas como faz o PSTU. Em momentos de definição, como o que vivemos, é necessário ter uma perspectiva crítico-prática, ou seja, compreender as necessidades concretas da ação política das massas e fazer todos os esforços para estar à altura delas, e isso passa pela discussão consciente de como, de acordo com as condições reais do momento, organizar a defesa do movimento contra a repressão policial.